

# As Ciências Sociais Aplicadas e a Interface com vários Saberes 2



**Atena**  
Editora  
Ano 2020

**Wendell Luiz Linhares  
(Organizador)**

# As Ciências Sociais Aplicadas e a Interface com vários Saberes 2



**Atena**  
Editora  
Ano 2020

**Wendell Luiz Linhares  
(Organizador)**

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Diagramação:** Geraldo Alves

**Edição de Arte:** Lorena Prestes

**Revisão:** Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Msc. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Profª Msc. Bianca Camargo Martins – UniCesumar  
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Msc. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Profª Msc. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
 Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
 Prof. Msc. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
 Prof. Msc. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
 Prof<sup>a</sup> Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
 Prof. Msc. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
 Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
 Prof<sup>a</sup> Msc. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
 Prof<sup>a</sup> Msc. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
 Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
 Prof. Msc. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
 Prof. Msc. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá  
 Prof. Msc. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
 Prof<sup>a</sup> Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
 Prof<sup>a</sup> Msc. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo  
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
 (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

C569 As ciências sociais aplicadas e a interface com vários saberes 2  
 [recurso eletrônico] / Organizador Wendell Luiz Linhares. – Ponta  
 Grossa, PR: Atena Editora, 2020.

Formato: PDF  
 Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader  
 Modo de acesso: World Wide Web  
 Inclui bibliografia  
 ISBN 978-85-7247-979-0  
 DOI 10.22533/at.ed.790202801

1. Ciências sociais – Pesquisa – Brasil. I. Linhares, Wendell Luiz.

CDD 301

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

Atena Editora  
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

A presente obra, ao abordar as diferentes interfaces das Ciências Sociais Aplicadas, reforça uma de suas características, a qual, cada vez mais vêm ganhando destaque no campo científico, sendo ela, a interdisciplinaridade. Neste sentido, o e-book intitulado “As Ciências Sociais Aplicadas e a Interface com vários Saberes”, configura-se numa obra composta por trinta e um artigos científicos, os quais estão divididos em três eixos temáticos. No primeiro eixo intitulado “Direito, Políticas Públicas, Representações Sociais e Mídia”, é possível encontrar estudos que discutem e apresentam aspectos relacionados tanto ao direito e os procedimentos penais, quanto ao processo de constituição, aplicação e avaliação de Políticas Públicas e a construção de Representações Sociais de sujeitos a partir de veículos midiáticos específicos. No segundo eixo intitulado “Administração, Marketing e Processos”, é possível verificar estudos que discutem diversos elementos que compõem a grande área da administração e como ocorrem determinados processos numa empresa. No terceiro eixo intitulado “Educação, Práticas Pedagógicas e Epistemológicas”, é possível encontrar estudos que abordam de maneira crítica, diferentes práticas pedagógicas e epistemológicas, promovendo assim, uma reflexão histórica e social sobre o tema. O presente e-book reúne autores de diversos locais do Brasil e do exterior, por consequência, de várias áreas do conhecimento, os quais abordam assuntos relevantes, com grande contribuição no fomento da discussão e avanço dos temas supracitados.

Portanto, é com entusiasmo e grande expectativa que desejo a todos uma boa leitura.

Wendell Luiz Linhares

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
(IN)SEGURANÇA JURÍDICA ANIMAL: A NECESSIDADE DE UM PROCEDIMENTO PENAL ESPECIAL PARA OS CRIMES PREVISTOS NOS ARTIGOS 29 E 32 DA LEI DE CRIMES AMBIENTAIS	
Rafael Fernandes Titan	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7902028011</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>12</b>
"ASSÉDIO MORAL" OU LUTA DE CLASSES NO LOCAL DE TRABALHO?	
Iraldo Alberto Alves Matias	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7902028012</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>27</b>
A CAPACITAÇÃO DA BUROCRACIA POLICIAL NO RIO DE JANEIRO E SUA INFLUÊNCIA NO MONOPÓLIO DA VIOLÊNCIA EXERCIDA PELO ESTADO	
Marcio Pereira Basilio	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7902028013</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>49</b>
A INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS GRELHA DE ANÁLISE:TEORIA GERAL DOS SISTEMAS, NEO-INSTITUCIONALISMO E REDES POLÍTICAS	
Nilza do Rosário Prata Caeiro	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7902028014</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>68</b>
A RELAÇÃO DIALÉTICA ENTRE OS ATORES SOCIAIS (ORGANIZAÇÕES, ESTADO E SOCIEDADE) SOB A ÓTICA DA SOCIOLOGIA ECONÔMICA	
Fábio da Silva	
Sildácio Lima da Costa	
Fábio Paiva de Lima	
Juliana Carvalho de Sousa	
Anita Sara Cavalcante Belmino	
Maria Rejane de Souza	
Paulo Domingos da Silva Matos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7902028015</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>75</b>
AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO JOVEM NO JORNAL <i>DAQUI</i> : O PERIGO E O ENVOLVIMENTO COM DROGAS	
Gardene Leão de Castro	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7902028016</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>89</b>
AUTORIA COLETIVA E JORNALISMO INDEPENDENTE: UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO FOTOGRÁFICA DO MÍDIA NINJA	
Mateus Antônio Montemezzo	

Angélica Lüersen

**DOI 10.22533/at.ed.7902028017**

**CAPÍTULO 8 ..... 108**

**CURSO DE FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE MULTIPLICADORES EM LOCOMOÇÃO E MOBILIDADE URBANA DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

André Machado Barbosa

Marco Antônio Serra Viegas

**DOI 10.22533/at.ed.7902028018**

**CAPÍTULO 9 ..... 115**

**DETECÇÃO DE MELHORIAS TECNOLÓGICAS NA PRODUÇÃO DE OVOS NO BRASIL: UMA ANÁLISE DE AGLOMERADOS DE SÉRIES TEMPORAIS**

Ana Paula Amazonas Soares

Maria Eduarda da Rocha Pinto Augusto da Silva

Eliane Aparecida Pereira de Abreu

Tales Wanderley Vital

**DOI 10.22533/at.ed.7902028019**

**CAPÍTULO 10 ..... 130**

**INADEQUAÇÃO DA POLÍTICA SETORIAL DE ÁGUA E ESGOTO PARA FAVELAS DO RIO DE JANEIRO**

Mauro Kleiman

**DOI 10.22533/at.ed.79020280110**

**CAPÍTULO 11 ..... 142**

**MIGRAÇÃO E DESTERRITORIALIZAÇÃO: SOCIABILIDADE AFETADA E EXCLUSÃO SOCIAL DA FORÇA DE TRABALHO MIGRANTE EM PARAUAPEBAS-PA**

Raimundo Miguel dos Reis Pereira

**DOI 10.22533/at.ed.79020280111**

**CAPÍTULO 12 ..... 158**

**FORECASTING SMALL POPULATION MONTHLY FERTILITY AND MORTALITY DATA WITH SEASONAL TIME SERIES METHODS**

Jorge Miguel Ventura Bravo

Edviges Isabel Felizardo Coelho

**DOI 10.22533/at.ed.79020280112**

**CAPÍTULO 13 ..... 177**

**A EDUCAÇÃO MONTESSORIANA NA PERSPECTIVA ARQUITETÔNICA**

Paula Scherer

Mariela Camargo Masutti

**DOI 10.22533/at.ed.79020280113**

**CAPÍTULO 14 ..... 187**

**A IMPORTÂNCIA DA ARQUITETURA NA PEDAGOGIA DE REGGIO EMILIA E SEUS IMPACTOS EDUCACIONAIS**

Paula Scherer

Liamara Pasinatto

**DOI 10.22533/at.ed.79020280114**



<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>200</b>
A INTERDISCIPLINARIDADE NA PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU BRASILEIRA - ANÁLISE DAS FICHAS DE AVALIAÇÃO DA QUADRIENAL 2017	
Adilene Gonçalves Quaresma	
<b>DOI 10.22533/at.ed.79020280115</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>221</b>
A PROPOSTA DOS AULÕES AOS JOVENS QUE CUMPREM MEDIDA SOCIOEDUCATIVA	
Cacau Oliveira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.79020280116</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>230</b>
EDUCAÇÃO ECOSSOCIALISTA: EPISTEMOLOGIA E PRÁTICA ECOLÓGICA	
Marcelo Santos Marques Aécio Alves de Oliveira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.79020280117</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>242</b>
EU TENHO MEDO DE PROFESSOR...	
Flávio Vieira de Melo Cristiane Aparecida Madureira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.79020280118</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>252</b>
FORMAÇÃO E ATUAÇÃO PROFISSIONAL NAS ÁREAS STEM NO BRASIL: AINDA TEMOS POUCO?	
Patricia Bonini Gabriel Akira Andrade Okawati Carolina Fernandes Custódio Fernanda da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.79020280119</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>264</b>
PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO E DIREITOS HUMANOS: UMA NECESSÁRIA CONSONÂNCIA	
Rogério Félix de Menezes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.79020280120</b>	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>278</b>
UM ESTUDO SOBRE A OFERTA DO CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO SUBSEQUENTE EM PESCA DO INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ, CAMPUS ACARAÚ	
Juliane Vargas	
<b>DOI 10.22533/at.ed.79020280121</b>	
<b>SOBRE O ORGANIZADOR</b> .....	<b>287</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	<b>288</b>

## "ASSÉDIO MORAL" OU LUTA DE CLASSES NO LOCAL DE TRABALHO?

Data de aceite: 20/01/2020

Data de Submissão: 11/11/2019

### Iraldo Alberto Alves Matias

Universidade Federal de Santa Catarina,  
Departamento de Sociologia e Ciência Política  
Florianópolis – SC

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6420247521006254>

**RESUMO:** A presente comunicação expõe o resultado parcial de uma pesquisa iniciada em 2016, acerca do fenômeno relativamente “novo” que achaca cada vez mais o mundo do trabalho - o “assédio moral”. Nas décadas de 1970 e 1980 surgiram os primeiros trabalhos a respeito do assédio em sua expressão moderna, no campo da psiquiatria (SOARES, 2012; SOARES e OLIVEIRA, 2012). Mas, somente na década de 1990 o conceito se popularizou, devido aos icônicos estudos da psiquiatra francesa Marie-France Hirigoyen (2012; 2014). Desde então, é notória a hegemonia das abordagens psicológicas que enfatizam os aspectos intersubjetivos, neste campo de pesquisa. Suas principais contribuições práticas têm sido no sentido de mapeamento social do problema, na realização de inúmeros estudos de caso, no acolhimento clínico das vítimas de *violência psicológica no trabalho* (Seligmann-Silva, 2011), bem como no apoio ao desenvolvimento

de políticas de prevenção, e também na pressão exercida sobre o campo jurídico no sentido de incorporar o problema na legislação trabalhista enquanto forma de *violência laboral*, em diferentes países.

**PALAVRAS-CHAVE:** 1. Sociologia do trabalho ; 2. Luta de classes; 3. Assédio moral

### "MORAL HARASSMENT" OR CLASS STRUGGLE AT WORKPLACE?

**ABSTRACT:** This paper sets out the partial result of a research started in 2016 on the relatively “new” phenomenon that increasingly finds the world of work - “bullying”. In the 1970s and 1980s, the first works on harassment in its modern expression appeared in the field of psychiatry (SOARES, 2012; SOARES and OLIVEIRA, 2012). But only in the 1990s was the concept popular, due to the iconic studies of French psychiatrist Marie-France Hirigoyen (2012; 2014). Since then, the hegemony of psychological approaches that emphasize intersubjective aspects in this field of research is notorious. Its main practical contributions have been in the sense of social mapping of the problem, in the conduction of numerous case studies, in the clinical reception of victims of psychological violence at work (Seligmann-Silva, 2011), as well as in supporting the development of prevention policies, and also

the pressure exerted on the legal field to incorporate the problem into labor law as a form of labor violence in different countries.

**KEYWORDS:** 1. Sociology of work; 2. Class struggle ; 3. Moral harassment.

## 1 | INTRODUÇÃO

O presente trabalho expõe o resultado parcial de uma pesquisa iniciada em 2016, acerca do fenômeno relativamente “novo” que achaca cada vez mais o mundo do trabalho - o “assédio moral”. Nas décadas de 1970 e 1980 surgiram os primeiros trabalhos a respeito do assédio em sua expressão moderna, no campo da psiquiatria (SOARES, 2012; SOARES e OLIVEIRA, 2012). Mas, somente na década de 1990 o conceito se popularizou, devido aos icônicos estudos da psiquiatra francesa Marie-France Hirigoyen (2012; 2014). Desde então, é notória a hegemonia das abordagens psicológicas que enfatizam os aspectos intersubjetivos, neste campo de pesquisa. Suas principais contribuições práticas têm sido no sentido de um mapeamento social do problema, na realização de inúmeros estudos de caso, no acolhimento clínico das vítimas de *violência psicológica no trabalho* (Seligmann-Silva, 2011); bem como no apoio ao desenvolvimento de políticas de prevenção, e também na pressão exercida sobre o campo jurídico no sentido de incorporar o problema na legislação trabalhista enquanto forma de *violência laboral*, em diferentes países (NASCIMENTO, 2009).

Os números que expressam o avanço do chamado “assédio moral” são alarmantes. Hirigoyen (2012, p.78) apresenta dados das pesquisas do psiquiatra alemão Heinz Leymann, do final da década de 1980, que apontavam que 3,5% dos trabalhadores suecos foram vítimas de assédio e cerca de 15% dos suicídios realizados naquele país tinham relação com essa forma de violência laboral. Lembrando que estamos falando de um país com altíssimos índices de desenvolvimento social e reconhecido como exemplo de Estado de Bem-Estar Social, para usar critérios descritivos capitalistas. Piñuel Y Zabala (2003) apresenta dados sobre uma pesquisa nos EUA que aponta um número de 25% de trabalhadores que haviam sofrido ou ainda sofriam assédio no ambiente laboral, na década de 1990. Além de uma pesquisa da Universidade de Manchester, onde se estimava “(...) que as perdas anuais causadas pelo assédio psicológico na indústria britânica giravam em torno de 18,9 milhões de jornadas de trabalho perdidas” (2003, p.52), assim como nas empresas alemãs o prejuízo se dava na casa dos 100 milhões de marcos, na mesma época. Para Hirigoyen (2012, p.36), “tal violência não é útil à organização nem à boa administração da empresa”. Se assim fosse, já teria sido eliminada, pois, tão importante para o capital quanto o dinheiro é o controle sobre o proletariado, computado aqui como custo de produção.

No entanto, todo este montante representa uma pequena ideia do impacto do assédio sobre a saúde psicológica de milhares de trabalhadoras e trabalhadores. Ainda Piñuel y Zabala (2003) afirma, no momento em que escrevia seu livro, que cerca de 12% de trabalhadores espanhóis haviam declarado ter sofrido formas de violência psicológica nos últimos seis meses de trabalho, imediatamente anteriores à pesquisa. Em um *site* brasileiro especializado no tema, mantido por alguns dos pesquisadores nacionais mais importantes sobre o tema, aparecem ainda outros dados estatísticos sobre a situação europeia, apontando a incidência de casos de “assédio moral” no trabalho: de 16,3% no Reino Unido, 10,2% na Suécia (o que demonstra um aumento considerável em relação à pesquisa de Leymann), 9,9% na França e 7,3% na Alemanha, entre outros. A OIT fala de 32.000 casos no Japão, em 2002, e num período de seis meses em 2003, cerca de 5.000 novos casos foram levantados ([www.assediomoral.org](http://www.assediomoral.org)).

Sobre o caso brasileiro, em entrevista, a psicóloga forense do trabalho Glaucia Amaral afirmou:

Quase não há estatísticas sobre assédio moral no Brasil, porque isso só seria possível de duas maneiras: se os sindicatos de classe tivessem atendimento psicológico que fornecesse resultados reais ou se as empresas compartilhassem informações coletadas pelo setor de Recursos Humanos – o que não é de interesse delas (Jornal Brasil Atual, 03/06/2013).

Analisar os motivos que levam à omissão de dados no Brasil foge ao nosso objetivo, mas pesquisas que queiram seguir este caminho de investigação podem encontrar aqui algumas reflexões de caráter heurístico. Ainda sobre o Brasil, uma empresa virtual de “Gestão de Recursos Humanos”, a *Vagas.com*, realizou um *survey* em 2015, cujos resultados foram publicados pela agência de notícias *BBC Brasil* (15/06/2015). Foram questionados 4.975 profissionais de diversas áreas, em todas as regiões do Brasil, onde 47,3% responderam ter sofrido “assédio moral” (48% homens e 52% mulheres) e, dentre os que negaram, 34% afirmaram ter presenciado algum episódio de abuso. Padilha (2015, p.145) apresenta o pioneiro estudo de Margarida Barreto, de 2006, onde, das 870 vítimas de “assédio moral” pesquisadas, 100% dos homens e 16,2% das mulheres haviam pensado em cometer suicídio, enquanto 18,3% dos homens chegaram de fato a cometer pelo menos uma tentativa de tirar a própria vida.

Apesar dos aparentes avanços alcançados pelos estudos realizados até aqui, sejam de psicologia ou de uma sociologia organizacional crítica, nota-se uma lacuna analítica acerca das relações deste fenômeno com o antagonismo entre *trabalho* e *capital*. Neste sentido, Vieira, Lima e Lima (2012) identificam um reducionismo nas análises do assédio em três grandes linhas, nas abordagens consideradas psicologizantes, judicializantes e sociologizantes. Onde, “no caso da psicologização,

talvez o mais frequente e o mais grave entre esses três vieses, privilegiam-se os fatores de personalidade ou até mesmo nos colocam como os únicos determinantes do problema” (2012, p.266).

Tomando-se como enfoque analítico o *materialismo histórico e dialético*, que estabelece as relações entre práticas sociais contraditórias, lutas sociais e formas de consciência, realizou-se ampla revisão bibliográfica teórica e de estudos de casos, no sentido de apresentar uma interpretação diversa para o fenômeno do assédio. Partiu-se da hipótese de que o “*assédio moral*” é uma forma de violência de classe específica das relações sociais de produção capitalistas, especialmente em sua fase toyotista, exercida na organização do trabalho contra a subjetividade do proletariado. Trata-se, portanto, de uma expressão da dominação de classe, como momento inseparável do processo de exploração e controle do capital sobre o trabalho.

Mesmo com o desenvolvimento de estudos organizacionais críticos acerca do fenômeno, que assumem abertamente a relação entre assédio e os sistemas de organização e gestão capitalista do trabalho, no nosso entendimento o problema da violência psicológica laboral não é tratada diretamente como expressão subjetiva do antagonismo de classes: a extração da mais-valia relativa, combinada com a chamada *ideologia gerencialista*, expressa neste estudo a atividade prático-teórica, não de uma mera “categoria profissional”, mas de uma classe social capitalista específica – a *classe dos gestores* (Pannekoek, 1977; Bernardo, 1977; 2009).

## 2 | CLASSES SOCIAIS, CONFLITO E A HEGEMONIA DOS GESTORES NA PRODUÇÃO

A reestruturação produtiva do capitalismo colocou em evidência uma série de fenômenos designados genericamente pela noção de “gerencialismo”. Com a derrota da vaga de lutas proletárias nas décadas de 1950 e 1960, baseadas em greves selvagens, ocupações de fábrica e princípios de autogestão social, o capitalismo *recuperou o savoir-faire* organizacional e intelectual desenvolvido naquelas experiências. Se essas lutas significaram a crise do fordismo-taylorismo, também marcaram o surgimento de um novo modelo de acumulação que incorpora a dimensão subjetiva (intelectual, cognitiva e emocional) do proletariado – o *toyotismo* (Bernardo 2004; 2005; 2009).

Para além das inúmeras características do *modelo japonês*, analisadas em uma vasta bibliografia – tais como as células de produção, o trabalho flexível, as terceirizações, o *just in time* e o sistema *kanban*, os círculos de controle de qualidade (CCQ's), etc. –, Bernardo (2005) assevera que um de seus principais objetivos é a *fragmentação* da classe explorada. A partir de Heloani (2003), Padilha (2015, p.131) afirma que o toyotismo “(...) implanta modelos mais sutis de captação da subjetividade

dos trabalhadores, conseguindo adesão com menos repressão explícita e mais controle psíquico”. O *gerencialismo* vai surgir como *ideologia dominante* (Marx, 2007), expressando um conjunto de ideias e práticas da classe dos gestores.

Esse mesmo processo trouxe à tona toda uma produção no campo da *sociologia organizacional*, que vem buscando apresentar uma análise crítica do universo contemporâneo da gestão dos negócios e das instituições, incluindo problemas específicos da violência e adoecimento mental no trabalho, foco deste artigo (Heloani, 2003; Gaulejac, 2007; Boltanski e Chiapello, 2009; Ehrenberg, 2010; Padilha, 2015, entre outros). No entanto, esses estudos oscilam entre uma perspectiva weberiana – uma *sociologia da ação e da dominação*, derivados de suas investigações sobre a *burocracia* –; e uma perspectiva marxista, mas que não assume o caráter de classe da gestão em todas as suas consequências.

Em termos weberianos, a gestão é definida como “um sistema de organização do poder”, um “poder gerencialista” (Gaulejac, 2007, p.40). Neste sentido, “o sistema gerencialista suscita um modelo de personalidade narcísica, agressivo, pragmático, sem estados de alma, centrado sobre a ação e não tanto sobre a reflexão, pronto a tudo para ter sucesso” (idem, p.221). Algumas dessas obras também reproduzem o “cacoete” pós-moderno de definir a sociedade contemporânea a partir da exacerbação das características de um de seus fenômenos, construindo tipos-ideais como o da “sociedade gerencial” (Gaulejac, 2007); “sociedade da performance” (Ehrenberg, 2010); “sociedade do cansaço” ou “sociedade do esgotamento” (Han, 2017); entre outras denominações que não ultrapassam a dimensão fenomênica destes relevantes temas sociais. Gaulejac (2007) chega mesmo a afirmar que a sociedade passou por uma “explosão das classes sociais”, no sentido do seu suposto desaparecimento.

Por outro lado, vem crescendo a atenção de autores marxistas ao campo da gestão, que já se apresentava em Marx, ainda que de forma ambígua. O marxista heterodoxo português Bernardo (1977) explorou profundamente este tema, defendendo que Marx apresenta, n’O Capital, todos os elementos para o desenvolvimento de uma teoria das classes sociais que incluía os gestores como classe capitalista *em si e para si*, mas não chega a realizar tal sistematização. A dimensão do *controle* do processo de produção inerente à atividade gestorial se encontrava no conceito de *despotismo de fábrica*, proposto por Marx. Pois,

Se a direção capitalista é dúplici em seu conteúdo, em razão da duplicidade do próprio processo de produção a ser dirigido – que é, por um lado, processo social de trabalho para a produção de um produto e, por outro, processo de valorização do capital –, ela é despótica em sua forma. Com o desenvolvimento da cooperação em maior escala, esse despotismo desenvolve suas formas próprias (Marx, 2011, p.505).

Acerca dessa função primordial dos gestores *in statu nascendi*, aos quais Marx

definia ambigualmente como “uma espécie particular de assalariados”, o autor deixa claro seu caráter indissociável em relação à exploração:

Assim como o capitalista é inicialmente libertado do trabalho manual tão logo seu capital tenha atingido aquela grandeza mínima com a qual tem início a produção verdadeiramente capitalista, agora ele transfere a *função de supervisão direta e contínua dos trabalhadores individuais e dos grupos de trabalhadores a uma espécie particular de assalariados*. Do mesmo modo que um exército necessita de oficiais militares, uma massa de trabalhadores que coopera sob o comando do mesmo capital necessita de oficiais (dirigentes, gerentes) e suboficiais (capatazes, *foremen, overlookers, contre-maîtres*) industriais *que exerçam o comando durante o processo de trabalho em nome do capital*. *O trabalho de supervisão torna-se sua função fixa e exclusiva* (id. *ibid.* Destaquei).

Logo, torna-se imprescindível trazer elementos da chamada *teoria marxista dos gestores*, que nos permitam analisar a forma contemporânea de violência laboral denominada “assédio moral”. Aqui iremos apenas destacar os principais aspectos desta teoria, naquilo que nos interessa diretamente.

Um dos precursores dessa abordagem teórica, o comunista de conselhos holandês Anton Pannekoek (1977) vai justamente apontar a indissociabilidade entre *exploração e controle*, ao afirmar que:

Estes “quadros” técnicos não estão apenas encarregados do aspecto da produção. Em um regime capitalista, a produção de bens é inseparável da de lucro. Ambas são a mesma coisa. De onde se deduz que os dois aspectos de sua função – organização científica da produção e exercício da autoridade a serviço da exploração – estão estreitamente relacionados (1977, p.28. Traduzi).

Na realidade, Pannekoek (1977) defende a unidade entre o *econômico* e o *político*, cuja separação é inerente às relações sociais de produção capitalistas e sua divisão do trabalho. Para este autor, a luta de classes no local de trabalho é permanente. O proletariado é obrigado a resistir cotidianamente às pressões do capital sob pena de um esgotamento total, mesmo fora de períodos de greves e de outros conflitos abertos, onde “(...) cada fábrica, cada empresa é cenário de uma guerra surda e permanente, de uma constante luta feita de pressões e contraofensivas” (1977, p.30. Traduzi). Portanto,

Ambas as classes, proletários e capitalistas, ainda que não tenham outro remédio a não ser trabalhar juntos durante a jornada diária, não deixam de ser implacáveis inimigos, por seus interesses opostos, de forma que, quando não lutam, vivem em uma espécie de paz armada (id. *ibid.* Traduzi).

De acordo com Bernardo (2009, p.269), a composição das classes sociais é *relacional*, pois “cada classe se define no confronto com as restantes”. Na realidade, Marx (2007, p.63) já havia determinado que “os indivíduos singulares formam uma classe somente na medida em que têm de promover uma luta contra outra classe”.

Portanto, é desta “guerra surda e permanente” entre as classes nos locais de trabalho, que emerge o “assédio” como uma das possíveis expressões da violência dominante. Este princípio teórico nos coloca o problema de conceituar as classes em seu antagonismo, no âmbito das relações sociais de produção, portanto, do processo de exploração do trabalho pelo capital. Uma vez realizada esta tarefa, teremos um ponto de partida material, um solo concreto determinante para analisar a violência psicológica laboral, sem recair no subjetivismo, garantindo o princípio epistemológico de conexão entre o *particular* e o *universal* exigido pela noção materialista histórica e dialética de *totalidade*.

Bernardo (1977, p.117) considera que “a cisão entre gestão e propriedade privada é um elemento fundamental para a divisão de classes no capitalismo”, e seria essa a origem social dos gestores, que se transformam em proprietários coletivos do capital. De acordo com este marxista português, essa classe viria a se diferenciar da burguesia, “a) pelas funções que desempenham no modo de produção e, por conseguinte; b) pelas superestruturas jurídicas e ideológicas que lhes correspondem; c) pelas suas diferentes origens históricas; d) pelos seus diferentes desenvolvimentos históricos” (2009, p. 269). Assim como seu solo de reprodução social se dá no “lugar vazio que existe entre a produção de mais-valia e a apropriação dos meios de produção é a gestão do processo de produção, decorrente da integração tecnológica de unidades de produção última (...)” (1977, p.123).

Ambos, Pannekoek e Bernardo, entendem que as diferenças de grau de exploração ou de local de trabalho não alteram a natureza das relações sociais. Tampouco se estas se dão no setor estatal ou privado, pois o marxismo heterodoxo secundariza a dimensão jurídica da propriedade, enfatizando as relações de produção concretas. Onde, “em um regime capitalista, a norma é o poder do dono, do gestor” (Pannekoek, 1977, p.52), seja no Estado, seja nas empresas. É nesse quadro de crescente internacionalização do capital que se deu a reestruturação do processo de acumulação global do capital, com os gestores a sua frente. Na atividade estatal a violência pode ser ainda mais extremada. Afinal,

No setor público, o assédio pode durar anos, pois, em princípio, as pessoas são protegidas e não podem ser demitidas, a não ser devido a uma falta muito grave. Por esta razão, os métodos de assédio são, neste caso, mais perniciosos e produzem resultados dramáticos sobre a saúde, bem como sobre a personalidade das vítimas (Hirigoyen, 2012, p.124).

A partir deste referencial é possível analisar o “assédio” no interior das relações sociais de produção, tanto nas organizações empresariais como nas instituições estatais, sem a surpresa que alguns autores apresentam ao se deparar com o avanço do gerencialismo sobre o serviço público.



### 3 | ORIGENS E EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE “ASSÉDIO MORAL”

O “assédio moral” é um fenômeno moderno relativamente recente, ao menos em sua caracterização científica enquanto expressão de um determinado tipo de violência, no mundo do trabalho capitalista. No entanto, tal caracterização vem assumindo diferentes definições nos mais variados idiomas. De acordo com Hirigoyen (2012), o primeiro registro deste tipo de agressão teria surgido em 1972, com os estudos do médico sueco Peter Paul Heinemann (1931-2003), sobre a violência entre crianças – o *bullying*, termo que significa “tratar com desumanidade, com agressividade”. Usado para descrever a violência entre crianças, o *bullying* também foi empregado para casos entre adultos no ambiente laboral. A autora entende que se trata de um termo muito amplo e mais *peçoal* do que *organizacional* (2012, p.80). Além do fato de o termo ter ganhado notoriedade por designar a violência entre crianças e jovens, geralmente no ambiente escolar. No entanto, Soares (2012) identifica que no Reino Unido ainda se utiliza o *bullying* como caracterização do assédio psicológico no trabalho.

Soares (2012) indica que o psiquiatra estadunidense Carroll M. Brodsky (1922-2014) foi o primeiro a utilizar o termo inglês *harassment*, em 1976, que significa literalmente “assédio”, numa analogia direta com o problema do “assédio sexual”, forma de violência com um recorte de gênero bastante definida, numa sociedade onde a opressão contra a mulher se dá em todas as esferas da vida social. Apesar de ser muitas vezes tratado de forma similar ao “assédio moral”, é um fenômeno que apresenta muitas particularidades e referencial teórico próprio. Hirigoyen (2012) e Soares (2012) citam o psiquiatra alemão Heinz Leymann (1932-1999) como o primeiro pesquisador a utilizar o termo *mobbing* – quando publicou *Mobbing: la persécution au travail*, na década de 1980 –, buscando um termo que caracterizasse o fenômeno no ambiente laboral, diferenciando-se do *bullying*.

Na França, a psiquiatra Marie-Françoise Hirigoyen, o nome com maior influência em nosso país, publicou sua obra *Assédio moral: a violência perversa no cotidiano* (2014), em 1998, utilizando-se do termo *harcèlement moral* – literalmente “assédio moral”, dando origem ao termo utilizado no Brasil. Além destas terminologias, ainda se encontram os termos *coação moral*, em Portugal; *acoso moral*, em espanhol; *molestie psicologiche*, na Itália; e *ijime*, no Japão. Na literatura especializada também se utilizam outros termos, como: *psicoterror*, ou *terror psicológico*; *assassinato psíquico*; *violência psicológica*; *violência sociolaboral*; *cercos moral*. Apesar de Soares (2012) considerar que há uma convergência conceitual entre esses diferentes termos, Hirigoyen (2012) aponta as divergências entre a sua abordagem e a do *mobbing*, de Leymann. A autora afirma que,

Para Heinz Leymann, o *mobbing* consiste em manobras hostis frequentes e repetidas no local de trabalho, visando sistematicamente a mesma pessoa. Segundo ele, o *mobbing* provém de um conflito que degenera. É uma forma particularmente grave de estresse social (2012, p.77).

A pesquisadora francesa insiste que o “assédio moral” é muito mais do que mero estresse. Além disto, ela defende que o assédio ocorre como *a impossibilidade de se instaurar o conflito*, não como um *conflito mal resolvido*. Outro termo que passou a ser utilizado foi “assédio organizacional”. De acordo com Soboll (2008, p.21-22),

O assédio organizacional, por sua vez, é um processo no qual a violência está inserida nos aparatos, nas estruturas e nas políticas organizacionais ou gerenciais, que são abusivas e inadequadas. O propósito é exercer o gerenciamento do trabalho e do grupo, visando produtividade e controle organizacional. (...) O objetivo do assédio organizacional não é atingir uma pessoa em especial, mas sim controlar todo o grupo indiscriminadamente. Alguns exemplos de práticas de assédio organizacional: gestão por estresse, gestão por injúria, gestão por medo, exposições constrangedoras de resultados, premiações negativas, ameaças, cobranças exageradas.

A autora afirma ser uma estratégia voltada a eliminar os “menos resilientes”, uma verdadeira prática de “darwinismo organizacional”, isto é, “um método que promove, de maneira indiscriminada, a exclusão dos menos adaptáveis às exigências da empresa” (id. *ibid.*). No entanto, Soboll (2008) legitima o *poder diretivo* e condena apenas o “abuso”, o uso “desvirtuado” dessa prerrogativa patronal. Para ela,

(...) assédio organizacional é diferente de **uso adequado do poder diretivo do empregador; reconhecemos este último como legítimo** no que se refere a certas exigências de desempenho e produtividade. Tais atitudes deixam de ser legítimas quando permeadas de condutas abusivas e que atentam contra a dignidade humana (2008, p.22. Grifei).

Não podiam ser mais evidentes as consequências da perspectiva weberiana da “dominação legítima”, com sua respectiva ausência da abordagem de classe – a naturalização da dominação social dos gestores, onde a exploração parece não “atentar contra a dignidade humana” do proletariado.

### 3.1 O assédio como processo de enredamento e destruição individualizada

As descrições da estrutura do processo assedioso variam apenas formalmente entre os diversos autores, que apresentaremos aqui de forma sintética. Em geral, são definidas três “tendências organizacionais” que engendram o assédio: *a distância entre os objetivos fixados e os meios atribuídos; a grande defasagem entre as tarefas prescritas e a atividade concreta; a distância entre as recompensas esperadas e as retribuições efetivas* (Gaulejac, 2007). Destas condições surgem geralmente quatro

“tipos” de assédio: o *Vertical Descendente*, mais comum, praticado por chefes e considerado perverso, estratégico, institucional e hierárquico; *Vertical Ascendente*, menos comum, praticado por subordinados contra o chefe; *Horizontal*, entre colegas; *Misto*, bastante comum, envolvendo passiva ou ativamente a hierarquia, que estimula ou “ignora” a violência entre colegas.

Nesta concepção intersubjetiva, a violência é representada no binômio *agressor versus vítima*, sendo o primeiro definido como um “perverso narcísico” que procura impor ou manter sua dominação; quanto à vítima, “é sua capacidade de resistir à autoridade, apesar das pressões, que a leva a tornar-se um alvo”. (Hirigoyen, 2014, p.68). Os agressores são geralmente descritos como chefes autoritários, colegas invejosos e incompetentes, grupos xenofóbicos, máfias institucionais ou organizacionais, etc.

Dentro deste quadro se manifestam normalmente quatro “categorias de atitudes hostis”: *a deterioração proposital das condições de trabalho; o isolamento e recusa de comunicação; atentado contra a dignidade; e, por fim, as formas de violência verbal, física ou sexual* (Hirigoyen, 2012). Tais atitudes se dão dentro de um conjunto de etapas mais ou menos delimitadas, que vêm servindo para caracterizar inúmeros estudos de caso: 1) *condição zero*, ou a situação imediatamente anterior ao início do processo; 2) *incidente crítico*, fato ou conjunto de fatos que desencadeiam a perseguição; 3) *assédio e estigmatização*, o desenvolvimento da agressão propriamente dita; 4) *intervenção dos supervisores*, geralmente ações institucionais/ organizacionais *contra* a vítima já estigmatizada; e 5) *exclusão definitiva*, seja por transferência, demissão, afastamento médico, ou mesmo suicídio (Soboll, 2008). Lembrando que tudo isso pode ocorrer ao longo de meses, às vezes durante anos, como mostram alguns estudos de caso.

Recusar a executar uma ordem que considera injusta, responder a um comentário preconceituoso, participar de uma movimentação por melhoria nas condições de trabalho ou mesmo uma greve, denunciar esquemas ilegais, entre outras tantas situações, podem ser “motivos” para que se instaure um processo de assédio contra um trabalhador. Os estudos de caso vêm mostrando que daí se inicia a *estigmatização* e o *isolamento* da vítima (Gennari, 2010). Por isso o assédio é considerado uma “patologia da solidão”, pois, “quando o processo de assédio se estabelece, a vítima é estigmatizada: dizem que é de difícil convivência, que tem mau caráter, ou então que é louca” (Hirigoyen, 2014, p.69).

O capital consegue realizar um corte profundo na carne do proletariado, ao desenvolver técnicas de aniquilamento individual que neutralizam aquilo que a classe tem como uma de suas principais armas, a *solidariedade*, princípio social de classe sem o qual não há organização e luta possível. Tal situação gera um “medo de contaminação” que isola o assediado. Tem-se como consequência que “(...) os

demais temam que, se mantiverem proximidade do assediado, possam vir a ser confundidos com este e considerados, igualmente, como potenciais perturbadores da ordem instaurada. E, portanto, igualmente discriminados” (Seligmann-Silva, 2011, p.507). Instaura-se uma situação de medo e intriga, que coloca *todos contra todos*.

Esta violenta fragmentação da classe, do qual o assédio é um importante fator, é determinante para o processo de deterioração da saúde mental dos indivíduos atomizados, que se agrava com a chamada *recusa de comunicação* – quando “o direito de ser ouvido é recusado à vítima. Sua versão dos fatos não interessa ao perverso, que se recusa a ouvi-la” (Hirigoyen, 2014, p.113). Tudo é feito para desestabilizar e desacreditar o indivíduo assediado, que se torna o “bode-expiatório” de todos os problemas organizacionais: “faça ele o que fizer, está errado, faça o que fizer, é culpado” (idem, p.179).

Com o “recuo da solidariedade” e o desenvolvimento da violência, a vítima começa a adoecer e a perder totalmente o equilíbrio emocional, caindo facilmente em todo o tipo de provocações. O assediador nega veementemente qualquer acusação e a vítima é levada a reagir publicamente, para ser responsabilizada pela agressão, gerando desconfiança até nas testemunhas, que acabam por inocentar o agressor. Podem surgir processos disciplinares éticos e administrativos contra a vítima, agravando seu quadro de saúde ao se tornar ré do seu próprio assédio, podendo levá-la inclusive à demissão. Além disto, a *individualização da dor* “facilita à empresa a tarefa de apagar os vestígios das doenças profissionais e dos acidentes” (Gennari, 2010, p.28). Sobre este aspecto, o papel legitimador da *medicina do trabalho* no assédio, assim como a atuação sindical, merece atenção em futuras pesquisas.

As consequências são nefastas sobre a saúde mental do proletariado, surgindo “expressões clínicas da psicopatologia da violência”, tais como depressão e psicoses; dependência química e alcoolismo; a Síndrome de Esgotamento Profissional (*burnout*); o Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT); entre outras doenças. O esgotamento profissional, ou *burnout*, foi caracterizado pelo psicólogo alemão Herbert Freudenberger (1926-1999), em 1974, sendo atualmente uma das principais patologias decorrentes do assédio. Significa “um devastador ‘incêndio interno’ (subjetivo) que reduz a cinzas a energia, as expectativas e a autoimagem de alguém que antes estava profundamente envolvido em seu trabalho” (Seligmann-Silva, 2011, p.523).

Não obstante, certos autores midiáticos que se apresentam como “críticos do sistema”, não consideram este quadro aterrador como necessidade para uma transformação social profunda, mas como causa de sua impossibilidade, na “sociedade do esgotamento”. Como decreta Han (2017, p.116), em virtude da dimensão global do adoecimento psicológico, “nesse contexto não é possível haver nenhuma resistência, levante ou revolução”. Apesar do caráter profético dessa

afirmação, que expressa mais a subjetividade conservadora do autor do que a objetividade histórica, a mesma serve de registro sobre a dimensão dos problemas aqui discutidos para a luta proletária.

#### 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um trabalhador doente não luta, esta é uma lição que a própria esquerda precisa aprender. Especialmente, se adoecido psicologicamente, com uma série de capacidades subjetivas afetadas tais como sua percepção, motivação, consciência, razão, clareza, confiança, autoestima, entre outros aspectos que também afetam seu vigor, sua disposição e saúde físicas. Enfim, as psicopatologias decorrentes da violência laboral, a que se convencionou chamar de “assédio moral”, afetam diretamente a resiliência psíquica e a resistência corporal necessária para enfrentar a crueza da luta de classes.

Os capitalistas têm em suas mãos mais uma arma contra o proletariado: quando prender lutadores sociais não surtir mais efeito – ou quando isto significar ferir a “legitimidade jurídica”, cujo aparato cumpre um papel ideológico de “garantidor de direitos democráticos” –, quando cooptar não for mais possível, o “assédio moral” surge como um instrumento eficaz de fragmentação (mais um), de coerção subjetiva mais ou menos velada de indivíduos e pequenos grupos no interior do processo cotidiano de trabalho. Uma violência de classe que isola, estigmatiza e desacredita, minando a solidariedade, causando uma implosão psíquica devastadora em qualquer trabalhadora ou trabalhador que ouse não se subordinar aos ditames do despotismo empresarial/institucional.

Só neste sentido podemos falar em “personalidades perversas”, quando as determinações históricas e as condições objetivas e subjetivas do antagonismo entre as classes sociais, em sua dinâmica, estão postos. Logo, como um momento inerente aos processos contemporâneos de extração de mais valia-relativa que incorporam/destroem a subjetividade proletária, estruturados e organizados pelos sistemas de controle gestoriais. Não como um aparato puramente técnico-administrativo supostamente neutro, tampouco como um “tipo” weberiano de “dominação legítima”, mas como um sofisticado mecanismo de *dominação de classe* a serviço da exploração capitalista.

Portanto, da noção de “assédio moral” considera-se de forma restrita a utilização do termo *assédio*, entendendo-o apenas como uma manifestação particular (individual, grupal ou institucional/organizacional) da luta de classes, em sua dimensão mais imediata das relações de trabalho. Mesmo em casos onde o *assédio horizontal* pode se apresentar, em aparência, como uma “perseguição pessoal” entre colegas, está-se diante do fenômeno capitalista da *concorrência*, que se impõe como *lei social* não

apenas entre os capitalistas, mas no interior do proletariado, impelindo trabalhadoras e trabalhadores muitas vezes a uma luta encarniçada pela sobrevivência no mundo do trabalho. Ou seja, enquanto o proletariado compete entre si encontra-se fragmentado como classe, logo, não se organiza para o enfrentamento contra o capital e as classes que o personificam (burgueses e gestores). Esta determinação de aparência puramente “econômica” tem, também e de forma velada, uma dimensão política de *controle*. Na medida em que a competição capitalista desorganiza o proletariado internamente, exerce sobre esta classe um processo de *hetero-organização*.

Quanto ao termo “moral”, este qualifica o assédio num sentido ora ético, ora *jurídico*. Para Hirigoyen (2012, p.15), “trata-se efetivamente de bem e de mal, do que se faz e do que não se faz, e do que é considerado aceitável ou não em nossa sociedade”. Neste sentido, o de uma ética/moral abstrata, percebe-se um claro distanciamento de uma perspectiva classista do problema, uma questão que Marx refutou em toda a sua obra de juventude. Numa perspectiva sociológica, a apreciação meramente moral da sociedade capitalista não ultrapassa os limites comteanos/durkheimianos da “mudança dentro da ordem”. As “soluções” apontadas por essa literatura se encontram dentro dos marcos conservadores da tentativa de “reconstituição do tecido moral da sociedade”, próprios da escola positivista francesa. Trata-se, nas palavras da própria Hirigoyen (2012), de delimitar o “que é considerado aceitável ou não em nossa sociedade”, não de transformar radicalmente a própria sociedade.

Isto fica ainda mais evidente nas palavras de Gaulejac (2007, p.317), para quem “repensar a gestão é imaginar outras formas de governabilidade, capazes de construir mediações entre os interesses dos acionistas, dos clientes e do pessoal (...)”. Assim como Hirigoyen (2012, p.36) sugere que “(...) os executivos devem aprender a transmitir suas mensagens de um modo respeitoso e levando em conta a personalidade do empregado”. Como em todo reformismo, o pano de fundo é a *conciliação de classes* que, na prática, significa a tentativa de gerir os conflitos sociais integrando trabalho e capital.

Portanto, este problema não pode ser enfrentado no terreno da “moral” e da “ética”, pois, no capitalismo, a mais-valia não é antiética nem imoral – é uma *lei social*. O “assédio moral” pode ser apreendido como uma *técnica* específica de violência de classe no local do trabalho, integrante das formas de exploração e controle do proletariado. Tal violência só pode ocorrer mediante a condição objetiva de *fragmentação* da classe; e a subjetiva, com a *subsunção* da componente emocional/cognitiva do trabalho ao processo de exploração. Com isso, cada trabalhador se torna uma “presa fácil”, podendo ser isolado e aviltado em sua individualidade, especialmente aqueles considerados “desviantes”, tanto no setor público como no privado.

O termo "moral" obscurece e despolitiza as relações de classe, transferindo o conflito para a esfera intersubjetiva do “conflito interpessoal” tornando-se, aparentemente, um mero problema de “gestão de pessoas”. A maioria dos autores inverte a questão, afirmando que o assédio é disfuncional e afeta negativamente a produtividade das organizações quando, na realidade, é o imperativo de acumulação capitalista que permite o surgimento de práticas assediosas como instrumento de coerção produtiva. Além disto, se o assédio pode gerar prejuízos financeiros em determinadas circunstâncias, devido aos recorrentes atestados médicos, indenizações, redução de produtividade, etc., por outro lado estes são “custos de produção” como tantos outros, neste caso, referentes ao controle capitalista sobre o proletariado como momento do processo de exploração.

Assim, esta abordagem tem consequências não apenas sobre investigações científicas, mas também desloca o eixo de enfrentamento do problema para o campo *político*, para o conflito entre classes sociais antagônicas, buscando pensar e incentivar novas práticas de resistência e de luta. O enfrentamento judicial por mais que seja importante enquanto forma de pressão sobre os agressores, e o acolhimento psicológico por mais que seja necessário como tentativa de reversão do quadro de adoecimento, estão longe de serem soluções. Continuam a reproduzir o processo de individualização da luta e a consequente fragmentação da classe, além de movimentar toda uma indústria jurídica, médica, psicoterápica e farmacêutica. É imprescindível o desenvolvimento da auto-organização nos locais de trabalho, estatais e privados, no sentido de criar redes de solidariedade, assim como táticas e estratégias de enfrentamento e resistência diretas contra os gestores do capital, no sentido de fortalecer as lutas anticapitalistas de forma permanente, até sua derrocada final.

## REFERÊNCIAS

BBC BRASIL. **Metade dos brasileiros já sofreu assédio no trabalho, aponta pesquisa**, 15 junho 2015. Disponível em: [http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/06/150610\\_assedio\\_trabalho\\_pesquisa\\_rb#](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/06/150610_assedio_trabalho_pesquisa_rb#). Acesso em: Ago. 2016.

BERNARDO, João. **Marx crítico de Marx: Livro Primeiro – Epistemologia, classes sociais e tecnologia em O Capital, vol. III**. Porto: Afrontamento, 1977b.

\_\_\_\_\_. **Democracia totalitária: Teoria e prática da empresa soberana**. São Paulo: Cortez, 2004.

\_\_\_\_\_. *Trabalhadores: classe ou fragmentos?* In: **O Comuneiro**, nº 1, Setembro de 2005, 11pg. Disponível em: <[http://www.ocomuneiro.com/nr01\\_09\\_trabalhadores.htm](http://www.ocomuneiro.com/nr01_09_trabalhadores.htm)>. Acesso em: 01 mai. 2010.

\_\_\_\_\_. **Economia dos conflitos sociais**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: WMF Martins

Fontes, 2009.

EHRENBERG, Alain. **O culto da performance: Da aventura empreendedora à depressão nervosa.** Aparecida-SP: Ideias & Letras, 2010.

GAULEJAC, Vincent de. **Gestão como doença social: Ideologia, poder gerencialista e fragmentação social.** Aparecida-SP: Ideias & Letras, 2007.

GENNARI, Emílio. **Da alienação à depressão: caminhos capitalistas da exploração do sofrimento**, 2010, 64p. Disponível em: <[http://www.sinprocaxias.com.br/igc/uploadAr/FileProcessingScripts/PHP/UploadedFiles/da\\_alienacao\\_a\\_depressao\\_2\\_edicao.pdf](http://www.sinprocaxias.com.br/igc/uploadAr/FileProcessingScripts/PHP/UploadedFiles/da_alienacao_a_depressao_2_edicao.pdf)>. Acesso: Jan. 2017.

HAN, Byung-Chul. **A sociedade do cansaço.** Rio de Janeiro: Vozes, 2017.

HELOANI, Roberto. **Gestão e organização no capitalismo globalizado: História da manipulação psicológica no mundo do trabalho.** São Paulo: Atlas, 2003.

HIRIGOYEN, Marie-France. **Mal-Estar no trabalho: redefinindo o assédio moral.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

\_\_\_\_\_. **Assédio moral: A violência perversa no cotidiano.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.  
JORNAL BRASIL ATUAL. **Assédio moral, maus-tratos no ambiente profissional**, 03/06/2013. Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/jornais/17/assedio-moral-maus-tratos-no-ambiente-profissional-2560.html>. Acesso em: Out. 2017.

MARX, Karl. **A ideologia alemã.** São Paulo: Boitempo, 2007.

\_\_\_\_\_. **O Capital, Livro I.** São Paulo: Boitempo, 2011.

NASCIMENTO, Sônia Mascaro. **Assédio Moral.** São Paulo: Saraiva, 2009.

PADILHA, Valquíria. *Capitalismo, modelos de gestão e assédio moral no trabalho.* In: PADILHA, Valquíria (Org.). **Antimanual de gestão: Desconstruindo os discursos do Management.** Aparecida: Ideias & Letras, 2015, p.127-157.

PANNEKOEK, Anton. **Los Consejos Obreros.** Madrid: ZYX, 1977.

PIÑUEL Y ZABALA, Iñaki. **Mobbing: como sobreviver ao assédio psicológico no trabalho.** São Paulo: Loyola, 2003.

SELIGMANN-SILVA, Edith. **Trabalho e desgaste mental: o direito de ser dono de si mesmo.** São Paulo: Cortez, 2011.

SOARES, Ângelo. *As origens do conceito de assédio moral no trabalho.* In: **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, n.126, vol. 37, p.284-286, 2012.

SOBOLL, L.A.P. **Assédio moral/organizacional: Uma análise da organização do trabalho.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

VIEIRA, Carlos Eduardo Carrusca; LIMA, Francisco de Paula Antunes; LIMA, Maria Elizabeth Antunes. *E se o assédio não fosse moral? Perspectivas de análise de conflitos interpessoais em situações de trabalho.* In: **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, n.126, vol. 37, 2012, p. 256-268.



## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Acessibilidade 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 132, 185, 269, 270, 275  
Aglomerados 115, 116, 120, 121, 123  
Aglomerados hierárquicos de séries temporais 116  
Água e esgoto 130, 131, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140  
Áreas mais precárias 130, 133, 137  
Arquitetura 53, 54, 177, 178, 179, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 192, 193, 195, 197, 198, 262  
Assédio moral 12, 13, 14, 15, 17, 19, 20, 23, 24, 26  
Atores sociais 68, 69, 70, 73, 109, 151, 266  
Avaliação 1, 36, 52, 53, 54, 60, 65, 105, 132, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 210, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 265, 266, 269, 273, 274  
Avicultura de postura 115, 116, 117, 118, 119, 120, 129

### B

Backtesting 158, 159, 161, 165, 166, 167, 173, 175

### C

Cidadania 90, 107, 108, 114, 222, 229, 266, 270, 272, 273, 274, 275  
Coerção social 69  
Coesão 69  
Coletivos fotográficos 89, 90, 97, 98, 100, 103  
Complexidade 27, 28, 29, 39, 45, 56, 72, 213, 230, 234, 235, 237, 238, 239, 241  
Comunicação alternativa 89

### D

Desterritorialização 142, 143, 148  
Direitos 2, 4, 6, 9, 10, 23, 38, 45, 47, 71, 72, 88, 91, 103, 108, 111, 113, 221, 227, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276

### E

Economia ecológica 230, 231, 232, 233, 240  
Educação 36, 37, 39, 62, 86, 87, 88, 108, 111, 113, 114, 156, 177, 178, 179, 181, 182, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 191, 192, 193, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 219, 220, 221, 223, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 233, 234, 235, 240, 241, 242, 243, 245, 246, 247, 248, 250, 251, 254, 260, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 276, 278, 280, 281, 285  
Educação ecológica 230, 233, 234  
Ergonomia 177, 178, 185  
Exclusão 20, 21, 64, 77, 78, 79, 83, 142, 143, 148, 156, 221, 223, 228, 237

### F

Favelas 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140

Força de trabalho 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 153, 154, 155, 156, 234, 252, 253, 256, 257, 258, 260

Formação policial 27, 28, 36, 46, 47

Fotografia 89, 90, 94, 95, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107

## I

Interdisciplinaridade 200, 201, 203, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 224

## J

Jornalismo independente 89, 91, 92

Juventude 24, 75, 76, 77, 79, 80, 81, 83, 87, 88

## L

Luta de classes 12, 17, 23

## M

Mídia 71, 75, 76, 79, 83, 85, 86, 87, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 268

Mídia ninja 89, 90, 92, 93, 94, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107

Migração 142, 143, 144, 145, 147, 154, 156

## P

Percepção do ambiente 177, 187

Polícia 27, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 40, 41, 42, 43, 45, 47, 78, 79, 83, 85, 86, 87, 104

Política pública 27, 29, 30, 47, 52, 53, 55, 64, 246

Política setorial 130, 133

Políticas públicas 29, 31, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 59, 60, 63, 64, 65, 67, 112, 114, 115, 116, 118, 128, 174, 227, 278, 279, 280, 285

Pós-graduação stricto sensu 200, 201, 219

Projeções de população 158, 159

## R

Reggio emilia 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199

Representações sociais 75, 76, 77, 80, 83, 88, 198

Rio de Janeiro 10, 26, 27, 28, 29, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 73, 74, 88, 107, 108, 114, 124, 130, 131, 133, 149, 155, 156, 219, 240, 241, 251

## S

Sarima 158, 159, 162, 163, 169, 171, 172, 173

Sazonalidade 121, 123, 124, 126, 127, 158, 159

Segurança pública 27, 28, 29, 30, 31, 32, 42, 45, 46, 47, 78, 134, 175

Sistema do capital 230, 231, 232, 234, 238, 240

Sociabilidade 133, 142, 143, 145, 148, 150, 151, 152, 153, 154, 156, 230, 234, 239, 270

Sociologia do trabalho 12

Sociologia econômica 68, 69, 70, 71, 73, 74

State space models 162

## T

Transdisciplinaridade 220, 230, 237, 241

## V

Violência 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 31, 34, 37, 45, 55, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 85, 86, 87, 88, 101, 104, 221, 266, 267, 268, 272, 275

 **Atena**  
Editora

**2 0 2 0**